

# Diário do Legislativo de 30/11/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - 416ª Reunião Ordinária

#### 1.2 - 29ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

#### 1.3 - 30ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

#### 1.4 - 31ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

#### 1.5 - Reunião de Comissão

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATAS

## ATAS

ATA DA 416ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 28/11/2002

Presidência dos Deputados Olinto Godinho e Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 3.575 a 3.583/2002 - Requerimentos dos Deputados Fábio Avelar, Miguel Martini (3), Alberto Pinto Coelho e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões de Saúde e de Turismo e dos Deputados Wanderley Ávila e Carlos Pimenta - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados João Leite, Miguel Martini, Rogério Correia e Fábio Avelar - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Miguel Martini (2) e Alberto Pinto Coelho e outros; deferimento - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para discussão - Discussão de Proposições: Requerimento do Deputado Miguel Martini; prejudicialidade - Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para discussão - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94/2002; discurso do Deputado Miguel Martini; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Miguel Martini - Pastor George - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

##### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### REQUERIMENTOS

Nº 3.575/2002, do Deputado Alberto Pinto Coelho, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Federação Mineira de Associações Microrregionais de Municípios - FEMAM -, pela destacada participação no 3º Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para Municípios, especialmente pela elaboração da Carta Única do Movimento Municipalista Nacional. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.576/2002, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Administração com vistas a que se autorize a apuração de possíveis irregularidades na autorização para a instalação de equipamentos de telefonia de empresa privada no terreno da Escola Estadual Antônio Figueira, na cidade de Montes Claros. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.577/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando seja formulado apelo ao Tribunal de Contas do Estado com vistas a que seja enviada a esta Casa cópia da prestação de contas relativa ao Convênio nº 63/98, de 16/10/98, celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e o Tribunal de Justiça do Estado. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 3.578/2002, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Justiça com vistas a que sejam tomadas providências em relação à segurança das internas da Penitenciária Industrial Estevão Pinto, em Belo Horizonte.

Nº 3.579/2002, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas a que sejam tomadas as providências legais cabíveis em relação à denúncia da Sra. Eva dos Santos Cordeiro.

Nº 3.580/2002, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal e ao Comandante-Geral da PMMG com vistas a que providenciem melhor patrulhamento nas BRs-365 e 040 para dar maior segurança aos veículos de cargas e ônibus intermunicipais.

Nº 3.581/2002, da Comissão de Transporte, solicitando sejam encaminhados ofícios ao Ministro dos Transportes com vistas à liberação de recursos para o prosseguimento das obras de recuperação da BR-365, no trecho de Montes Claros a Pirapora; e aos Deputados Federais e Senadores mineiros, solicitando apoio e gestões junto àquele Ministério no atendimento a esse pedido.

Nº 3.582/2002, da Comissão de Transporte, solicitando sejam encaminhados ofícios ao Ministro dos Transportes com vistas à elaboração de novo projeto para a BR-135, trecho Montes Claros à serra de Francisco Sá; e aos Deputados Federais e Senadores mineiros para conhecimento e apoio ao requerimento.

Nº 3.583/2002, da Comissão de Transporte, solicitando sejam encaminhados ofícios ao Ministro dos Transportes com vistas à inclusão da implantação de trechos das BRs-135 e 251 no planejamento para 2003, bem como a recuperação da BR-135, no trecho que liga Montes Claros à BR-040, em caráter de urgência; e a todos os Deputados Federais e Senadores mineiros para conhecimento e apoio ao requerimento.

Do Deputado Fábio Avelar, solicitando seja apresentado projeto de resolução para alterar a redação do § 2º do art. 180 do Regimento Interno, na forma que propõe. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado Miguel Martini, solicitando seja formulado ao Presidente da TELEMAR pedido de informações sobre os critérios adotados por essa empresa para a mudança no sistema de tarifação nos finais de semana e feriados.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Miguel Martini (2) e Alberto Pinto Coelho e outros.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Saúde e de Turismo e dos Deputados Wanderley Ávila e Carlos Pimenta.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados João Leite, Miguel Martini, Rogério Correia e Fábio Avelar proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

##### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.578 e 3.579/2002, da Comissão de Direitos Humanos, e 3.580 a 3.583/2002, da Comissão de Transportes. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

##### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Saúde - aprovação, na 94ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 3.534/2002, da Comissão de Direitos Humanos; e de Turismo - aprovação, na 86ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 3.554/2002, do Deputado José Milton, e 3.555/2002, do Deputado Paulo Piau (Ciente. Publique-se.).

##### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c com o art. 140 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Miguel Martini (2), solicitando que os Projetos de Lei nºs 2.423 e 2.424/2002 sejam encaminhados às comissões seguintes a que foram distribuídos, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; e defere, ainda, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, deixando para fixar a data em outra oportunidade, requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho e outros, em que solicitam a realização de reunião especial para a entrega do Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais ao Dr. Murílio de Avellar Hingel.

##### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Tendo em vista a inexistência de quórum para votação de requerimentos, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão da matéria constante na pauta.

##### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 2.087 e 2.392/2002, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

##### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, não há quórum para votação dos requerimentos e V. Exa. passa para a fase de discussão dos projetos, mas temos matérias e propostas de emenda à Constituição que merecem discussão aprofundada. V. Exa. pode constatar, de plano, que não temos quórum sequer para continuar os trabalhos, então solicito que encerre, de plano, a reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Álvaro Antônio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados. Não há quórum para votação, mas o há para a discussão da matéria constante na pauta.

##### Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini solicitando inversão da pauta da reunião, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 94/2002 seja apreciada em último lugar. A Presidência declara o requerimento prejudicado, uma vez que não há quórum para votação.

##### Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, visto que o requerimento do Deputado Miguel Martini é importante e guarda coerência, porque joga para o final da pauta uma proposta de emenda à Constituição, sabidamente, se não há quórum para votar o requerimento, muito menos o haverá para votar a emenda.

Como o requerimento dele tem uma importância muito grande, peço a V. Exa. que faça uma nova chamada dos Deputados para garantir a votação do requerimento. Em diversas ocasiões, já fizemos chamadas duas ou três vezes para sustentar o quórum. Então, solicito a V. Exa. que

também aja assim, em vista da importância do requerimento do Deputado Miguel Martini, para tentar alcançar o quórum de 39 Deputados.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, a maioria dos projetos que estão na pauta, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, do Deputado Pastor George, a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, do Governador do Estado, o projeto de resolução etc., enfim, grande parte da matéria em pauta exige quórum qualificado. Podemos perceber que há apenas 18 Deputados em Plenário. Com esse quórum não podemos continuar nem mesmo a discussão.

É muito importante que esse requerimento seja votado até para que possamos continuar a pauta. Do contrário, teremos que encerrar a reunião. Peço a V. Exa. que coloque o requerimento em votação porque alguns Deputados podem estar dando entrevista, descendo de seus gabinetes ou em outros locais da Casa. Na votação do requerimento teremos condição de verificar quantos parlamentares estão na Casa. Se isso não for feito, V. Exa. terá que encerrar a reunião ou fazer nova recomposição de quórum, porque não temos o número mínimo regimental de Deputados para continuar os trabalhos. A questão de ordem que apresento à Mesa é para que se coloque o nosso requerimento em votação. Uma vez votado, saberemos se é possível continuar os trabalhos ou se teremos que encerrar a reunião sem fazer uma nova recomposição. Do contrário, peço que V. Exa., de plano, encerre a reunião, neste momento.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, a Mesa acabou de fazer uma chamada, e constatou-se número suficiente de parlamentares para que a reunião possa ter andamento e para a discussão das propostas em pauta; não para a votação dessas propostas. Por essa razão, não há como encerrar, de plano, a reunião. A discussão das matérias em pauta tem que continuar. Obviamente que, no decorrer da reunião, se novamente for constatada a inexistência de quórum, haverá nova chamada para recomposição.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero apresentar duas questões. Primeiro, está claro, para todos nós, que não temos número suficiente de Deputados para discutir a matéria. A discussão dessa matéria é importante e polêmica. Essa discussão deve prosseguir e merece por parte dos Deputados uma reflexão.

Aguardamos, também, a presença de um maior número de Deputados, pois temos a expectativa de convencê-los, na discussão, da nossa posição a respeito dessa matéria tão polêmica. Estamos pedindo, simplesmente, o número regimental para a discussão. Creio que os Deputados devem estar conscientes do que estão votando. E é justamente nessa fase de discussão que temos a oportunidade de colocar a questão com maior profundidade, para que todos possam ter uma posição definitiva em relação à matéria. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto trata de uma correção acerca do velório e do sepultamento do ex-Deputado Raul Lima Neto. Temos, agora, a informação de que o sepultamento ocorrerá amanhã, às 9 horas, no Cemitério Bosque da Esperança. Na verdade, não houve uma troca do corpo que foi entregue à família, mas um atraso, o que, infelizmente, tem acontecido. Por meio da Comissão de Direitos Humanos, tive a oportunidade de ir ao IML e ver a situação caótica em que se encontra essa unidade do Estado. Havia quatro geladeiras estragadas e corpos espalhados por todos os locais. Imagino que esse atraso seja por causa disso.

A população de Minas Gerais tem enfrentado uma situação gravíssima, quando tem de ir ao IML, para reconhecer os seus familiares. Espero que esse quadro seja alterado no próximo Governo.

Então, apenas para corrigir a informação recebida anteriormente, houve um atraso, o que impediu o início do velório e provocou uma mudança do dia e do horário do sepultamento - de hoje, às 17 horas, para amanhã, às 9 horas, no Cemitério Bosque da Esperança.

Reitero a solicitação feita pelo Deputado Miguel Martini de encerramento da reunião, dada a importância da matéria que está sendo discutida. V. Exa. pode constatar, de plano, a insuficiência de quórum para a discussão e para a continuação dos nossos trabalhos. A Presidência teve cuidado, em relação ao Regimento Interno, ao não colocar em votação os requerimentos, por não haver o número regimental de 39 Deputados em Plenário. E esse cuidado deve ser o mesmo em relação à discussão, que consideramos muito importante.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado João Leite que, antes de ter sido concedida a palavra a V. Exa. e aos Deputados Miguel Martini e Antônio Carlos Andrada, foi feita a chamada e, nesse momento, responderam à chamada 30 Deputados. V. Exa. há de convir que o assédio da imprensa, nesta tarde, é muito grande e há muitos Deputados no saguão. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 27 Deputados. Portanto, há número regimental para a discussão das matérias constantes na pauta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94/2002, do Deputado Olinto Godinho, que acrescenta e modifica artigos na Constituição do Estado relativos à competência do Conselho Estadual de Contas dos Municípios. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. Em discussão, a proposta. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Miguel Martini.

- O Deputado Miguel Martini profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Questão de Ordem

Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, disponho ainda de 50 minutos para o meu pronunciamento, mas percebo que há apenas 12 Deputados em Plenário, sendo que o Deputado Sargento Rodrigues já está se ausentando. O Regimento Interno, em seu art. 19, diz que tem de haver um mínimo de 26 Deputados para abrir ou para manter uma reunião. Solicito a V. Exa. que resguarde o nosso tempo e encerre, de plano, esta reunião. Solicito que a Presidência cumpra o art. 19 do Regimento Interno e encerre, de plano, a reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 24 Deputados, portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 2 de dezembro, às

20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 15/10/2002

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, nos termos da Resolução nº 5.119/92, aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária da Secretaria da Assembléia, relativos ao mês de setembro de 2002, com os esclarecimentos prestados pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade e, também, nos termos da Resolução nº 5.119/92, aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária do Fundhab, relativos ao mês de setembro de 2002, com os esclarecimentos prestados pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade e parecer técnico da Controladoria. Em seguida, a Mesa indefere o recurso apresentado pela servidora Márcia Andréa Rodrigues Ferreira, matrícula nº 11.427-8, mantendo, assim, as decisões do Conselho de Administração de Pessoal, tomada em sua reunião de 13.6.2002, e do Conselho de Diretores, tomada em sua reunião de 12.8.2002. Isto posto, a Mesa decide adotar critérios a serem observados pela Administração na execução dos contratos e instrumentos congêneres até o final da presente legislatura e, decide, também, estabelecer diretrizes a serem implementadas visando o desenvolvimento do programa de integração social do menor. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Olinto Godinho, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Contrato de Doação a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de São José da Safira/MG, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$120,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação a ser celebrado entre esta Assembléia e o Município de Lagoa da Prata/MG, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$600,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação Comunitária do Bairro Santa Matilde do Município de Ribeirão das Neves/MG, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível avaliado em R\$200,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; cabendo ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Aditamento nº ADT-111/2002 para redução do objeto do CT0-38/2002 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Tipomagraf Indústria e Comércio de Máquinas Gráficas Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de manutenções preventivas e corretivas de equipamentos gráficos, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento nº ADT-108/2002 para terceira prorrogação do CT0-247/1999 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção do sistema eletrônico para votação instalado no Plenário – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Convênio CNV-064/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação dos Magistrados Mineiros – Amagis, tendo como objeto a realização do programa de televisão "Via Legal" – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento nº ADT-112/2002 para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ordem de Compra nº 263/2002 e do contrato celebrado entre esta Assembléia e a empresa Tecnosys Informática Ltda., cujo objeto é a aquisição de diversos componentes e acessórios para microcomputadores e impressoras – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, e considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas e Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-116/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Telemar Norte Leste S/A, tendo como objeto a prestação de serviços de telefonia com fornecimento de linhas DVI com tecnologia ISDN – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação nos termos do art. 25, I, da Lei 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, e considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-140/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e Elias Mansur Netto, tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de consultoria na área de meio ambiente e recursos naturais – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, e considerando as manifestações da Gerência-Geral de Consultoria Temática e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento nº ADT-183/2002 para alteração do CNPJ e da razão social da contratada para Centro de Radiodiagnósticos Médicos S/C Ltda., do CT0-266/2000 celebrado entre esta Assembléia e Radiodiagnósticos Bastos e Resende S/C Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência médica aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-185/2002 para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CT0-126/2002 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Port Informática Ltda., cujo objeto é a aquisição de suprimentos (fitas e tintas) para informática – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, e considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-101/2002 para primeira prorrogação do CT0-151/2001 celebrado entre esta Assembléia e Marcus Antoni Rebutzi, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria e assessoria – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, e considerando as manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo os termos de convênios a serem celebrados entre esta Assembléia e diversos municípios, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa e considerando as manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento da servidora Maria Elizabeth de Melo França, matrícula 3.930-6, solicitando prorrogação de licença para tratar de interesses particulares – parecer favorável, por um período de dois anos, a partir de 13 de outubro de 2002, nos termos da Deliberação nº 269/1983. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso IV do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: nomeando Evangelista José Germano para o cargo de Auxiliar de Gabinete, 8 horas; exonerando, a partir de 21/10/2002, Maria Eduarda Bernardi do cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Geraldo Magela dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; exonerando Solano de Barros do cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Jonas Antunes Marques para o cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de outubro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

#### ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 23/10/2002

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa indefere o recurso apresentado pelo servidor Renato Dantés Macedo, matrícula nº 4.954-9, mantendo, assim, as decisões do Conselho de Administração de Pessoal, tomada em sua reunião de 27.6.2002, e do Conselho de Diretores, tomada em sua reunião de 12.8.2002, aprovando, inclusive, o Parecer nº 4.320/2002, da Procuradoria-Geral da Casa, que passa a integrar o parecer deste Colegiado. Em seguida, a Mesa, através da Deliberação nº 2.323/2002, estabelece critérios para o gozo de férias-prêmio. Isto posto, a Mesa decide delegar ao Diretor-Geral competência para a criação de código de ocorrência a ser utilizado no sistema informatizado de apuração de frequência a que se refere a Deliberação da Mesa nº 1.541/1998 e, decide, também, após análise do seu relatório de gestão fiscal e da execução orçamentária e financeira, relativo ao segundo quadrimestre do presente exercício, estabelecer a programação das despesas a serem realizadas até o final do presente exercício. A Mesa, decide, ainda, dispensar, a partir de 1º de novembro

de 2002, o servidor Marcus Vinícius de Melo Rocha, matrícula nº 6.767-7, do registro de frequência, nos termos do disposto na Deliberação da Mesa nº 1.541/1998, para que o mesmo possa realizar o Curso de Doutorado em Ciência de Computação, do 2º ao 10º semestre, na área de Vídeo sob Demanda, no Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais, com a observância de condições a serem cumpridas pelo servidor mediante assinatura de Termo de Compromisso. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Alberto Pinto Coelho, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 3.263/2002, de autoria do Deputado Miguel Martini – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, aprovado; Requerimento nº 3.370/2002, de autoria da Comissão de Saúde – parecer pela aprovação com a Emenda nº1, aprovado; Requerimento nº 3.395, de autoria da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.399/2002, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.409/2002, de autoria do Deputado Durval Ângelo – parecer pela rejeição, aprovado; e o Requerimento nº 3.413/2002, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, aprovado; cabendo ao Deputado Ivo José, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 3.368/2002, de autoria do Deputado João Batista de Oliveira – parecer pela aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, aprovado; Requerimento nº 3.398/2002, de autoria da Comissão de Meio Ambiente – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, aprovado; Requerimento nº 3.404/2002, de autoria do Deputado Ermano Batista – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, aprovado; Requerimento nº 3.405/2002, de autoria da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.412/2002, de autoria da Comissão de Transporte – parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.434/2002, de autoria do Deputado Miguel Martini – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; e o Requerimento nº 3.450/2002, de autoria da Comissão de Educação – parecer pela rejeição, aprovado; cabendo ao Deputado Olinto Godinho, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 3.059/2002, de autoria da Comissão de Meio Ambiente – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.358/2002, de autoria do Deputado Irani Barbosa – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, aprovado; Requerimento nº 3.359/2002, de autoria do Deputado Irani Barbosa – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, aprovado; Requerimento nº 3.360/2002, de autoria do Deputado Irani Barbosa – parecer pela aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, aprovado; Requerimento nº 3.369/2002, de autoria da Comissão de Saúde – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.425/2002, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.466/2002, de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.500/2002, de autoria da Comissão de Saúde – parecer pela rejeição, aprovado; e o Requerimento nº 3.502/2002, de autoria da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela rejeição, aprovado; cabendo ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: Requerimento nº 3.350/2002, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira – parecer pela aprovação, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-186/2002 para primeira prorrogação do CT0-278/2001 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Odontomax do Brasil Ltda., cujo objeto é a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, e considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo solicitação da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços para abertura de licitação, na modalidade de leilão, para a alienação de uma máquina impressora off-set, marca Multilith, modelo 1850-N, formato 4, com CD, número patrimonial 010.005 – parecer favorável, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-144/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Núcleo de Diagnóstico e Tratamento em Urologia Sociedade Civil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica, na especialidade de Urologia, Urodinâmica, Patologia Clínica e Radiologia aos participantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-147/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e Vaz de Melo Fisioterapeutas Associados Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica, na especialidade de fisioterapia em regime ambulatorial aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Rescisão Amigável de Credenciamento ADT-229/2002 celebrado entre esta Assembléia e a Dra. Maria Christina Mate Loyola, cujo objeto é a prestação de serviços especializados de exames laboratoriais na área de citopatologia preventiva e diagnóstica – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-146/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Dra. Maria Christina Loyola – Exames Citológicos S/C Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços especializados de exames laboratoriais na área de citopatologia preventiva e diagnóstica, em regime ambulatorial, aos integrantes do plano de assistência de Casa – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-231/2002 para prorrogação do Convênio celebrado entre esta Assembléia e a Caixa Econômica Federal, cujo objeto é o estabelecimento de rotinas operacionais – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; cabendo ao Deputado Wanderley Ávila, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 3.361/2002, de autoria da Comissão de Turismo – parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.411/2002, de autoria da Comissão de Saúde – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, aprovado; Requerimento nº 3.459/2002, de autoria da Comissão de Turismo – parecer pela rejeição, aprovado; e o Requerimento nº 3.488/2002, de autoria da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela rejeição, aprovado; cabendo ao Deputado Alvaro Antônio, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 3.349/2002, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira – parecer pela aprovação com a Emenda nº1, aprovado; Requerimento nº 3.351/2002, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira – parecer pela aprovação com a Emenda nº1, aprovado; Requerimento nº 3.451/2002, de autoria do Deputado Miguel Martini – parecer pela aprovação com a Emenda nº1, aprovado; e o Requerimento nº 3.501/2002, de autoria do Deputado João Batista de Oliveira – parecer pela rejeição, aprovado. O Presidente registra o recebimento dos seguintes requerimentos s/nºs: requerimento de autoria do Deputado Bené Guedes, em que solicita seja firmado convênio com a Secretaria de Justiça com vistas a instalar uma unidade da Defensoria Pública nesta Casa; e o requerimento de autoria da CPI das Carvoarias, em que solicita a realização de um fórum técnico para discutir a terceirização e a automação das indústrias extrativas de minerais e vegetais do Estado de Minas Gerais – parecer no sentido de que sejam realizados estudos, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso IV do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 1º/10/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Arlete das Mercês Ramirez Righi, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 5/9/2002, Lauro César de Lima, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, com proventos taxados no cargo em comissão de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete; aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 9/10/02, o servidor Antônio Lopes Ferreira, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 17/9/02, a servidora Heny Alves, ocupante do cargo de comissão e de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, classificado em Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração desta Secretaria; prorrogando licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, pelo período de dois anos, a partir de 13/10/02, da servidora Maria Elizabeth de Melo França, Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; designando Aloísio de Araújo Monteiro para a Função Gratificada de Nível Superior-FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões; nomeando Maurício Machado de Castro para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário; exonerando João Paulino Alves do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no Gabinete do Deputado João Pinto Ribeiro, Vice-Líder do Governo; nomeando Maria Ângela Capanema Gonçalves para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no Gabinete do Deputado João Pinto Ribeiro, Vice-Líder do Governo; nomeando Protásio da Terra Pereira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, 8 horas; nomeando Aristophanes Menezes Paiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando, a partir de 18/11/02, Ana Maria de Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Rafael Ernando Correia do cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Ana Maria de Lima para o cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 20/11/2002

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, nos termos da Resolução nº 5.119/1992, aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária da Secretaria da Assembléia, referente ao mês de outubro de 2002, com os esclarecimentos prestados pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade, e, aprova, também, nos termos da Resolução nº 5.119/1992, a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária do Fundhab, relativos ao mês de outubro de 2002, com os esclarecimentos prestados pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade e parecer técnico da Controladoria. Em seguida, a Mesa aprova as seguintes deliberações: Deliberação da Mesa nº 2.324/2002, que altera a Deliberação nº 1.562, de 5 de agosto de 1998, que consolida as normas de funcionamento do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa de Minas Gerais - Fundhab e a Deliberação da Mesa nº 2.325/2002, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento dos servidores, ativos e inativos, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Isto posto, a Mesa decide declarar a empresa Holy Comercial Ltda., responsável pela inadimplência contratual, aplicando-lhe multa de 20% (vinte por cento) do valor do item 01 da Concorrência nº 002/2002 - Processo Licitatório nº 012/2002, determinando à Administração da Casa deflagrar novo procedimento licitatório. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Alberto Pinto Coelho, as seguintes matérias: Projeto de Resolução nº 1.802/2001, de autoria da Mesa da Assembléia - parecer, para o 1º turno, sobre o Substitutivo nº1 e as Emendas nºs 8 a 24 pela aprovação na forma do Substitutivo nº2, pela rejeição do Substitutivo nº1 e das Emendas nºs 7 a 9, 15 a 17 e 23. Com a aprovação do Substitutivo nº2 ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 6, 10 a 14, 18 a 22 e 24, por ele acolhidas, parcial ou integralmente. Aprovado; Projeto de Lei nº 2.258/2002, do Deputado João Leite - solicita prazo regimental para a emissão de seu parecer, aprovado; cabendo ao Deputado Olinto Godinho, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-98/2002, a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação Comunitária dos Bairros São José, Jardim América, Dom Joaquim e Novo Dom Joaquim de Bom Despacho/MG, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$420,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CT0-296/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Núcleo Comunitário dos Amigos de Passa Tempo, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$400,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação a ser celebrado entre esta Assembléia e a Prefeitura Municipal de Perdizes/MG, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$400,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação a ser celebrado entre esta Assembléia e o Asilo Cônego Lafaiete da Costa Coelho, de Santa Maria de Suaçuí, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis avaliados em R\$420,00 - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; cabendo ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Aditamento ADT-88/2002 para prorrogação do CT0-105/2000 celebrado entre esta Assembléia e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, cujo objeto é a doação de papel inservível - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-237/2002 para prorrogação do CT0-245/1999 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Maxis Informática Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-235/2002 para alteração da frota de veículos do CT0-0057/2001 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Casa de Peças e Serviços Automotivos Ltda., cujo objeto é o serviço de manutenção preventiva e corretiva dos veículos a diesel e a gasolina - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-232/2002 para prorrogação do CT0-153/2001 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros, cujo objeto é o seguro total para quatro veículos - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Rescisão Amigável a ser celebrado entre esta Assembléia e o Dr. Francisco Flávio Horta Bretas, cujo objeto é a prestação de serviços médicos na área de Urologia e Andrologia - parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-234/2002 para alteração da cláusula 1ª do CT0-051/2000 celebrado entre esta Assembléia e a Maternidade Octaviano Neves, cujo objeto é a prestação de serviços hospitalares nas especialidades de ginecologia e obstetria, clínica médica de mastologia e pediatria aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-160/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Urolife Center Urologia e Andrologia Dr. Alberto de Pinho Tavares Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica, incluindo a realização de exames complementares, aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-110/2002 para rescisão amigável do Contrato celebrado entre esta Assembléia e o Dr. Luiz Antônio de Freitas Cardoso S/C Ltda., firmado em 28/10/98, cujo objeto é a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de angiologia e cirurgia vascular - parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-142/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a CER - Clínica Especializada em Reabilitação, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica nas especialidades de Oftalmologia, Pediatria, Ortopedia, Traumatologia, Fisioterapia, Reeducação Postural Global (RPG), Cirurgia Geral e Plástica, Urologia, Angiologia e Dermatologia, em regime ambulatorial e de semi-internação, incluindo a realização de exames complementares, aos integrantes do plano de assistência de Casa - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-168/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e Lima e Vilela Endoscopia Digestiva Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de endoscopia digestiva, em regime ambulatorial, incluindo a realização de exames complementares, aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-103/2002 para alteração do objeto contratual do CT0-107/2001 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Locamais Ltda., cujo objeto é a locação de veículos, sem motorista - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, e, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-262/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Laboratório Tafuri de Patologia Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de Anatomia Patológica (citopatologia), incluindo a realização de exames complementares aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-164/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Centro de Diagnóstico Otorrinolaringológico S/C Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica nas especialidades de otorrinolaringologia e cirurgia de cabeça e pescoço, incluindo a realização de exames complementares aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-177/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o

Centro de Tomografia Computadorizada de Minas Gerais Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica nas especialidades de Ressonância Magnética, Ultrassonografia e Dopler, em regime ambulatorial, incluindo a realização de exames complementares aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, e, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-148/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM, tendo como objeto a prestação de serviço de trabalhadores-mirins – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação nos termos do "caput" do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º da Lei Estadual nº 8.611/84, e, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; cabendo ao Deputado Wanderley Ávila, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 3.503/2002, de autoria da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.506/2002, de autoria do Deputado João Batista de Oliveira – parecer pela rejeição, aprovado; cabendo ao Deputado Álvaro Antônio, o Requerimento nº 3.481/2002, de autoria do Deputado Alberto Bejani – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, aprovado. Em seguida, o Presidente registra o recebimento do Requerimento s/nº, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja realizado por esta Casa um Ciclo de Debates sobre Direitos Humanos: Educação para a Cidadania, com a participação de representantes de instituições públicas e privadas – o Presidente determina a realização de estudos. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso IV do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 24/10/02, o servidor Cesarino Pereira da Silva, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 23/10/2002, Ana Maria Penido Coelho, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, com proventos taxados no cargo em comissão de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete; aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 1º/10/2002, a servidora Therezinha Cândido Moraes, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando Pedro Sebastião Felizardo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Maria José Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 27 de novembro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

#### ATA DA 94ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise e José Milton (substituindo este ao Deputado Anderson Aduino, por indicação da Liderança do PL), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 1.974/2002, que trata da redução da carga tributária proposta nas operações com ferro, aço, e no setor de blocos de cimento, fibrocimentos e produtos correlatos, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: boletim informativo do Tribunal de Contas da União referente ao período de 4 a 8/11/2002. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designa os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.445/2002 no 1º turno (Deputado Luiz Fernando Faria); 2.437/2002 no 1º turno (Deputado Dilzon Melo); 2.195/2002 no 1º turno (Deputado Antônio Carlos Andrada); 1.557/2001 no 2º turno e 3/99 no 1º turno (Deputado Rêmoló Aloise) e 2.326/2002 no 2º turno (Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Neste instante, assume a Presidência da reunião o Deputado Mauro Lobo. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.437/2002 na forma original (relator: Deputado Dilzon Melo) e 2.445/2002 na forma proposta (relator: Deputado Luiz Fernando Faria) e pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.021/2002 e do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dilzon Melo). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados José Milton, em que solicita sejam convidados os Srs. Alfredo Hualtem, Diretor Comercial da AÇOMINAS, Sra. Cássia Adriana Lima Rodrigues, Chefe da Área de Tributos, e o Vereador Luis Cláudio, do Município de Ouro Branco, para participarem da reunião; Luiz Fernando Faria em que solicita sejam convidados os Srs. Gloecir Bianco, Diretor da Empresa Gtech Brasil Ltda., e Antônio Carlos Lino da Rocha, Gerente - Delegado da referida empresa, para prestarem esclarecimentos, na Comissão, sobre o contrato de concessão firmado entre a citada empresa e a Loteria do Estado de Minas Gerais; e Miguel Martini, em que solicita o envio, pelo Tribunal de Contas do Estado, de cópia da prestação de contas relativa ao Convênio nº 63/98 celebrado entre o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça do Estado. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre a matéria objeto da reunião. Registra-se a presença dos Srs. José Luis Magalhães Neto, Presidente do Conselho da CAF - Santa Bárbara Ltda., acompanhado pelo Sr. Rubens de Oliveira Gomes, Gerente Tributário, e pela Sra. Kátia Weidig Gallo, Assistente do Gerente Tributário; Moarcir Brant Filho, analista de marketing, Juventino Franca, Gerente Jurídica, e Martha Regina Teixeira, Assessora da Presidência, representando a USIMINAS; Geraldo Nery Lopes, Assessor Jurídico da Precon; Antônio Carlos Pereira, Presidente da SIPROCI, Marcelo Luis Dahlem, Coordenador Fiscal da Gerdau; Alfredo Hualtem, Diretor Comercial, e Cássia Adriana Lima, Chefe da Área de Tributos, representando a AÇOMINAS, e Luis Cláudio, Vereador do Município de Ouro Branco, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rêmoló Aloise, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Assume a Presidência da reunião o Deputado Rêmoló Aloise. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 28/11/2002, às 10 horas, para analisar os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 1.974/2002 e sobre o Projeto de Resolução nº 2.472/2002, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - José Milton - Rêmoló Aloise - Luiz Fernando Faria - Antônio Carlos Andrada - Ivair Nogueira.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 100ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 3/12/2002

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)



Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.269/2002, dos Deputados Ivo José e Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.302/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 2.321/2002, do Deputado Wanderley Ávila; 2.338/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.354/2002, do Deputado Alberto Bejani; 2.362 e 2.433/2002, do Deputado Geraldo Rezende; 2.380/2002, do Deputado Sebastião Costa.

Requerimento nº 3.564/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 127ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 4/12/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a implantação de uma casa de albergado em edificação anteriormente destinada à Escola Estadual José Oswaldo de Araújo, no Bairro Engenho Nogueira, nesta Capital.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### Edital de Convocação

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca Reunião Especial da Assembléia para as 20 horas do dia 2/12/2002, destinada a homenagear a TV Grande Minas, de Montes Claros.

Palácio da Inconfidência, 29 de novembro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/12/2002, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 53/2002, do Governador do Estado, e para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.381/2002, do Deputado Ivair Nogueira, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2002.

Paulo Piau, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Comissão de Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Silveira, Márcio Cunha, Rogério Correia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/12/2002, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2002.

Ermano Batista, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.984/2002

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Eduardo Brandão, o projeto de lei em causa tem por escopo dar a denominação de José Soares Diniz e Silva à Escola Estadual do Bairro Coqueiros, situada no Município de Ribeirão das Neves.

Após exame preliminar da matéria realizado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, por ela apresentada, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 102, VI, c/c o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Cumprido salientar que o nome do Sr. José Soares Diniz e Silva - saudosa e muito estimada pessoa - foi indicado pelo colegiado da Escola Estadual do Bairro Coqueiros, em reunião ocorrida em 11/9/2001, que o homologou, por unanimidade dos votos dos seus membros, para que passe a denominar a referida unidade de ensino. Salienta esse corpo colegiado que o empréstimo de seu nome para tal fim é um tributo e um reconhecimento aos relevantes serviços de natureza filantrópica prestados à população de Ribeirão das Neves, bem como pela sua decisão de doar terreno para a criação da escola que hoje atende a mais de 600 alunos.

Nada mais justo, portanto, que seja prestada a devida homenagem a essa pessoa, que sempre se preocupou em prestar auxílio aos menos favorecidos e deixou gratas recordações a todos que dela partilharam a companhia.

Quanto à emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, queremos esclarecer que ela tão-somente aprimora o texto do art. 1º, sem alterar a substância da norma almejada.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.984/2002 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2002.

José Henrique, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.147/2002

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o Projeto de Lei nº 2.147/2002 tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Recreativa Águia Dourada, com sede no Município de Itapagipe.

Considerada jurídica, constitucional e legal pela Comissão de Constituição e Justiça, a matéria vem a este órgão colegiado, para deliberação conclusiva, com base no disposto no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Realmente, a Associação Recreativa Águia Dourada proporciona à comunidade ambiente propício para o melhor aproveitamento das potencialidades recreativas e esportivas locais, de forma a estimular e promover o lazer, sem visar a fins lucrativos, o que identifica o caráter eminentemente social das suas atividades.

O fato de os associados ter idade acima de 50 anos torna o seu trabalho ainda mais relevante, uma vez que contribui para possibilitar a melhoria da saúde física e mental de uma população madura, já passível de algumas doenças que a acometem, principalmente devido ao sedentarismo.

Consideramos, portanto, meritória a intenção de se conferir título declaratório de utilidade pública à entidade em referência.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.147/2002 na sua forma original.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.262 /2002

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Antônio Andrade, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação do Grupo Folclórico Moçambique Rosário de Maria, com sede no Município de Carmo do Paranaíba.

Preliminarmente, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que perdeu prazo para examiná-la.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o assunto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A entidade citada no relatório tem como objetivo principal divulgar o folclore e outros movimentos culturais que visem a preservar e difundir a cultura afro-brasileira.

Também promove a integração de seus associados através de intercâmbio com outros grupos, de encontros culturais e palestras; portanto justa se faz a outorga do título de utilidade pública ao Grupo Folclórico, mas, para corrigir-lhe o nome, faz-se necessário apresentar emenda ao art. 1º do projeto de lei.

#### Conclusão

Mediante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.262/2002 com a seguinte Emenda nº 1.

#### Emenda nº 1

Dê-se ao art 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grupo Folclórico Moçambique Rosário de Maria, com sede no Município de Carmo do Paranaíba.".

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2002.

Antônio Carlos Andrada, relator.

Parecer SOBRE AS EMENDAS NºS 1 A 4 APRESENTADAS EM PLENÁRIO AO Projeto de Lei Nº 1.974/2002

#### Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais.

Cumpridas as formalidades regimentais, o projeto foi analisado inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

A Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária também se manifestou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1.

Encerrada a discussão em 1º turno, foram apresentadas em Plenário as Emendas nºs 1 a 4, dos Deputados Antônio Carlos Andrada, Márcio Kangussu e Dalmo Ribeiro Silva. Cabe agora a esta Comissão emitir parecer sobre as referidas emendas.

#### Fundamentação

A Emenda nº 1, do Deputado Antônio Carlos Andrada, propõe nova redação para o art. 2º do projeto, que altera os §§ 23 e 24 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975. A modificação proposta pela Emenda nº 1 à redação dada originalmente pelo art. 2º do projeto visa reduzir para até 7% a carga tributária nas operações internas promovidas por estabelecimento industrial com ferro e aço e com artefatos de cimento classificados nos códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NMB-SH - especificados nos citados dispositivos.

Este relator acolhe a Emenda nº 1. Cabe ao Poder Executivo, ao dispor sobre o regulamento do ICMS, cumprir o disposto no art. 14, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000). Considerando que o estudo de impacto financeiro-orçamentário constante às fls. 16/28 do processo em tela foi realizado tendo por base a redução da carga tributária para até 12%, deve ser feita uma alteração em razão da redução da carga tributária para até 7%.

Importa realçar que a compensação da perda de receita decorrente da redução de 18% para 12% da carga tributária nas operações industriais com produtos de ferro e aço e com artefatos de cimento está sendo feita por causa da eliminação da redução da base de cálculo de 33,33% nas operações com gás liquefeito de petróleo - GLP. Isso resulta no restabelecimento da carga tributária em 18% sobre o valor de venda do produto, pelo que a perda resultante de carga tributária para até 7% poderá também ser objeto de compensação correspondente ao restabelecimento da maior carga tributária para o GLP.

Ademais, a menor alíquota interestadual vigente, conforme a Resolução nº 22, de 1989, do Senado Federal, é de 7%, atendido o disposto no inciso VI do art. 155 da Constituição Federal.

Quanto à Emenda nº 2, do Deputado Márcio Kangussu, este relator a acolhe na forma da Subemenda nº 1, conforme sugestão do Deputado Ermano Batista. A Emenda nº 2 propõe a redução da carga tributária dos produtos abrangidos no projeto em tela para até 8% nas operações com ferro e aço e com artefatos de cimento para os municípios que integram a área mineira da ADENE. A Subemenda nº 1 confere o mesmo tratamento aos municípios da área mineira do IDENE, em razão da necessidade de eliminação das desigualdades regionais mediante tratamento tributário diferenciado.

A Emenda nº 3, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, busca dispensar tratamento isonômico, estendendo o benefício de redução da carga tributária para até 12% nas operações internas promovidas por estabelecimentos industriais com móveis, painéis de madeira, colchões, estofados e espumas (benefício já instituído pela Lei nº 14.602, de 20/11/2001, que acrescentou o § 21 ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975), a embalagens e produtos florestais. Entendemos que a emenda deve ser acolhida em razão da regra do art. 5º, "caput", da Constituição Federal,

que consagra o princípio constitucional da isonomia. Deve ser lembrado que, quando da edição da Lei nº 14.602, de 2001, o próprio Estado cuidou de adotar as medidas compensatórias de receita ditadas no art. 14, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por último, a Emenda nº 4, do Deputado Márcio Kangussu, pretende reduzir a carga tributária para 12% nas operações internas genéricas com produtos e subprodutos florestais e com painéis de madeira industrializada, estabelecendo redução de até 8% nas operações realizadas nos municípios que integram a área mineira da ADENE. Acolhemos a emenda na forma da Subemenda nº 1, atendendo à sugestão do Deputado Ermano Batista, para também incluir os municípios que integram a área mineira do IDENE.

Este relator, em razão do princípio constitucional da isonomia e da igualdade de tratamento a contribuintes que realizam operações correlatas àquelas já abrangidas no projeto de lei em tela, acolhe as propostas de emenda do Deputado José Milton. Essas emendas visam a conferir o mesmo tratamento de redução de carga tributária a elementos de vias férreas feitos com aço, outros produtos derivados de fio-máquina e perfis de ferro ou aços não ligados, bem como a construções pré-fabricadas e outros artefatos de cimento, notadamente outros tipos de fibra. A medida estimulará a substituição gradual do amianto, material de risco, por outras fibras de cimento que não prejudicam a saúde da população. Para melhor redação, as sugestões do Deputado José Milton foram englobadas nas Emendas nºs 5 a 9 apresentadas por este relator ao final deste parecer.

Acatando sugestões apresentadas pelo Deputado Antônio Andrade, este relator apresenta as Emendas nºs 10 e 11, com o objetivo de uniformizar o tratamento de aplicação da multa do ICMS para, no máximo, 12% nos casos de denúncia espontânea e para o fim de conceder novo prazo de 60 dias a qualquer contribuinte interessado em requerer os benefícios de que trata o artigo 12 da Lei nº 14.062, de 20/11/2001.

Por último, este relator apresenta a Emenda nº 12, visando à criação de um Comitê de Recuperação de Créditos Tributários na estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda, formado por representantes da Fazenda Pública Estadual, da Procuradoria da Fazenda Estadual e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa. O Comitê terá como atribuições negociar, rever, compor, propor e renegociar créditos tributários formalizados ou não, inscritos ou não em dívida ativa.

#### Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é pela aprovação das Emendas nºs 1 e 3; das Emendas nºs 2 e 4 na forma das respectivas subemendas que receberam nº 1; e, ainda pela aprovação das Emendas nºs 5 a 12, a seguir apresentadas.

#### SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao fim dos §§ 23 e 24, acrescidos ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, pelo Substitutivo nº 1, a seguinte expressão: "e do IDENE."

#### SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 4

Acrescente-se ao fim do § 25, acrescido ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, pela Emenda nº 4, a seguinte expressão: "e do IDENE."

#### EMENDA Nº 5

Dê-se à alínea "c" do inciso I do § 23 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1, a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

‘ Art. 12 - .....

§ 23 - .....

I - .....

c) outros, de seção circular de diâmetro inferior a 14mm, códigos 7213.91.10, 7213.91.90, 7213.99.10 e 72.13.99.90.'."

#### EMENDA Nº 6

Acrescente-se ao inciso III do § 23 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1, as alíneas "f" e "g", com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

‘ Art. 12 - .....

§ 23 - .....

III - .....

f) perfis em "H" simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente, de altura igual ou superior a 80mm, código 7216.33.00;

g) perfis em "L" simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente, de altura superior a 80mm, código 7216.40.10.'."

#### EMENDA Nº 7

Acrescente-se ao § 23 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1, o inciso XV, com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

Art. 12 - .....

§ 23 - .....

XV - elementos de vias férreas, de ferro fundido, ferro ou aço: trilhos (carris), contratrilhos (contracarris) e cremalheiras, agulhas, cróssimas, alavancas para comando de agulhas e outros elementos de cruzamentos e desvios, dormentes, talas de junção (eclissas), coxins de trilho (carril), cantoneiras, placas de apoio ou assentamento, placas de aperto, placas e tirantes de separação e outras peças próprias para a fixação, articulação, apoio ou junção de trilhos (carris):

a) outros do código 7302.90.00;".

#### EMENDA Nº 8

Acrescente-se ao § 24 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1, o inciso XV, com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

Art. 12 - .....

§ 24 - .....

XV - painéis, chapas, ladrilhos, blocos e semelhantes, de fibras, vegetais, de palha ou aparas, aglomerados com cimento, gesso ou outros aglutinantes minerais, todos do código 6808.00.00;".

#### EMENDA Nº 9

"Art. 1º - .....

Art. 12 - .....

§ 24 - .....

XVI - construções pré-fabricadas:

a) outros do código 94.06.00.99;".

#### EMENDA Nº 10

Inclua-se onde convier:

"Art. (...) - Os dispositivos abaixo relacionados da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 - .....

§ 3º - .....

1 - de 12% (doze por cento), quando se tratar da hipótese prevista no inciso I deste artigo.

.....

§ 5º - Excetuadas as hipóteses de flagrante, a pessoa física ou jurídica submetida a quaisquer diligências de fiscalização poderá pagar, até a data de recebimento da intimação do auto de infração expedido pela Fazenda Pública, os tributos de que for sujeito passivo como contribuinte ou responsável, com os acréscimos legais aplicáveis nos casos de denúncia espontânea."

#### EMENDA Nº 11

Inclua-se onde convier:

"Art. (...) - O requerimento do benefício de que trata o art. 12 da Lei nº 14.062, de 20 de novembro de 2001, poderá ser efetuado pelo contribuinte no prazo de até sessenta dias após a publicação desta lei."

#### EMENDA Nº 12

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. (...) - Fica criado na estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda um Comitê de Recuperação de Créditos Tributários, podendo negociar, rever, compor, propor e renegociar.

Parágrafo único - O comitê de que trata este artigo terá a seguinte composição:

I - Secretário de Estado da Fazenda;

II - um Procurador da Fazenda;

III - um representante da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.".

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Rêmolo Aloise, relator - Ivair Nogueira - José Milton - Antônio Carlos Andrada - Dilzon Melo - Luiz Fernando Faria.

## COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 28/11/2002, as seguintes comunicações:

Do Deputado Wanderley Ávila, notificando o falecimento do Sr. Camilo Vial, ocorrido em 24/11/2002, em Montes Claros. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Carlos Pimenta, notificando o falecimento do ex-Deputado Raul Lima Neto, ocorrido em 28/11/2002, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/11/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando, a partir de 2/12/2002, Eduardo Armond Cortes de Araújo do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, João Bosco de Castro Borges do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Lúcia Maria de Paula Freitas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Miriam Gontijo Guimarães Nogueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Rosana Cristina de Avelar do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Vânia Aparecida Araújo do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Azilton Ferreira Viana para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Eduardo Armond Cortes de Araújo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Gleide Andrade de Oliveira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando João Bosco de Castro Borges para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Lúcia Maria de Paula Freitas para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Rosana Cristina de Avelar para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Vânia Aparecida Araújo para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Agostinho Silveira

exonerando, a partir de 2/12/2002, Adriano José Rios da Silveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Rogério Rios da Silveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Adriano José Rios da Silveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Rogério Rios da Silveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas,

#### Gabinete do Deputado Chico Rafael

exonerando, a partir de 1º/12/2002, Carlos Gonçalves Ribeiro do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Ana Cristina de Oliveira Almeida para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Cristiano Canêdo

exonerando, a partir de 2/12/2002, Alexandre Augusto da Silva Canêdo do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Cláudia Marinho Pinto de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Hamilton de Carvalho Marinho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Júlio Cesar de Moura Bernardo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Maria Luisa Costa Magalhães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Rachel Ferreira dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Silvânia Pereira Ramiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Alexandre Augusto da Silva Canêdo para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Júlio Cesar de Moura Bernardo para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Rachel Ferreira dos Santos para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Jefferson Benedito Rennó do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando, a partir de 2/12/2002, Claudia Marcia Marques Mol do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Laudiceia Lúcia Gonçalves de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 30/11/2002, Norma Wilma Eller Izidro do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Claudia Marcia Marques Mol para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Laudiceia Lúcia Gonçalves de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Leônio Carlos Filho para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Luiz Menezes

exonerando, a partir de 2/12/2002, Romeu Jacó dos Reis do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Bertha Margarida Salles Wall para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando, a partir de 2/12/2002, Maria Lucília França Vieira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Helga Oliveira Guimarães para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 2/12/2002, Antônio Fontes Filho do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Jovanildo Edson Rodrigues do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/12/2002, Juarez Gomes do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Antônio Fontes Filho para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Jovanildo Edson Rodrigues para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Juarez Gomes para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

## ERRATAS

### ATA DA 415ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 27/11/2002

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 29/11/2002, na pág. 31, col. 1, sob o título "REQUERIMENTOS", onde se lê:

"Nº 3.574/2002, do Deputado José Milton", leia-se:

"Nº 3.574/2002, da Comissão de Meio Ambiente".

### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 53/2002

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/11/2002, na pág. 34, col. 4, substitua-se o inciso II do art. 22 da redação do vencido por:

"II - das demais classes é de 40 (quarenta) horas semanais;"

Após o referido inciso, inclua-se:

"III - da classe de Pedagogo é de 24 (vinte e quatro) horas semanais, podendo-se optar por 40 (quarenta) horas semanais;

IV - da classe de Ajudante de Serviços Gerais é de 30 (trinta) horas semanais."

E, no art. 27 da redação do vencido, substitua-se o § 2º por:

"§ 2º - O vencimento básico do servidor ocupante de cargo efetivo será acrescido de 5% (cinco por cento) a cada progressão horizontal."